

20- PENSÃO FILHAS SOLTEIRAS

Claro. Segue um resumo estruturado do Projeto de Lei:

Resumo do Projeto de Lei nº20 de 2025

Objetivo Geral: Combater fraudes e promover responsabilidade fiscal no sistema de pensões por morte, unificando e tornando mais rígidos os critérios para concessão e manutenção do benefício na União, Estados, DF, Municípios e no INSS.

Principais Mudanças nos Critérios da Pensão

1. **Fim do Benefício Vitalício para Filhas Solteiras:** Acaba com a regra que permitia que filhas solteiras recebessem a pensão indefinidamente, sem outros critérios.
2. **Novos Critérios para os Filhos:** O benefício para os filhos será concedido apenas:
 - a. Até os 18 anos; ou
 - b. Até os 24 anos, se estiverem cursando ensino superior ou técnico (com comprovação semestral); ou
 - c. Sem limite de idade, apenas em caso de incapacidade laborativa permanente e comprovada.
3. **Cônjuge/Companheiro:** Mantém o benefício vitalício, desde que a união existia na data do óbito.
4. **Teto do Benefício:** O valor da pensão não poderá exceder o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
5. **Fim do Estado Civil como Critério:** A perda do benefício deixará de ser por casamento e passará a ser exclusivamente por não atender mais aos critérios de idade, estudo ou incapacidade.

Fiscalização e "Pente Fino"

1. **Revisão Geral:** Determina uma revisão ("pente fino") de **todas as pensões por morte já concedidas** no prazo de 24 meses.
2. **Objetivo da Revisão:** Verificar:
 - a. Se os beneficiários ainda se enquadram nos novos critérios legais.
 - b. A comprovação da união conjugal no momento do óbito.
 - c. A veracidade de laudos de incapacidade.
 - d. A regularidade dos pagamentos.
3. **Supervisão:** A revisão será feita pelos órgãos pagadores, com supervisão dos Tribunais de Contas, Ministério Público e Controladorias.

Penalidades e Controle

1. **Suspensão:** Benefícios irregulares serão suspensos.
2. **Punições:**
 - a. Para Servidores: Podem ser responsabilizados por **Improbidade Administrativa**.
 - b. Para Beneficiários: Podem ser acusados de **Estelionato**, obrigados a devolver os valores recebidos com correção e juros, e pagar multa.
3. **Canal de Denúncias:** Cria um canal público e anônimo para reportar suspeitas de irregularidades.

Disposições Finais

- **Vigência:** A lei entra em vigor 180 dias após sua publicação.
- **Direito Adquirido:** Os benefícios já concedidos na data da publicação **serão mantidos**, mas ficam sujeitos ao "pente fino" e às punições previstas.

Conclusão da Justificativa

O projeto se apresenta como um equilíbrio entre o respeito aos direitos da família e a necessidade de **responsabilidade fiscal**. Seu cerne é a modernização da lei para acabar com "distorções anacrônicas" (como a pensão vitalícia para filhas solteiras) e o combate direto às fraudes por meio de uma fiscalização rigorosa e punições severas, assegurando que o dinheiro público chegue apenas a quem tem direito legal.